

1
2 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

3
4 **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
5 **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

6
7
8
9
10 **Ata da quinquagésima primeira Reunião Ordinária do Conselho de**
11 **Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense Às quatorze horas do dia vinte e**
12 **quatro de setembro de dois mil e sete**, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e
13 Recursos – Auditório Jurandir dos Santos Carneiro - reuniram-se, sob a Presidência do
14 Sr. **Lindsley da Silva Rasca Rodrigues**, Secretário de Estado do Meio Ambiente e
15 Recursos Hídricos, os seguintes membros do Conselho: Sr. **Luiz Forte Neto**,
16 representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano; Sr. **Heitor Ângelo**
17 **Scremin França**, da Secretaria de Estado Planejamento e Coordenação Geral,
18 representando o Secretário Ênio José Verri; o Sr. **Milton Karam**, representando o Sr.
19 Celso de Souza Caron, Secretário de Estado do Turismo; o Sr. **Luiz Carlos Lopes**, da
20 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, representando o Secretário
21 Valter Bianchini; o Sr. **Aníbal Rodrigues dos Santos**, da Secretaria de Estado da
22 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, representando a Secretária Lygia Lumina Pupatto;
23 o Sr. **Jorge da Conceição Guerra**, da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e
24 Assuntos do Mercosul, representando o Secretário Virgílio Moreira Filho; a Sra. **Heloísa**
25 **Bot Borges**, da Procuradoria Geral do Estado, representante da Procuradora-geral
26 Josélia Nogueira Broliani; o Sr. **Mário Manoel das Dores Roque**, representante da
27 Coordenação da Microrregião do Litoral do Estado do Paraná; o Sr. **Luiz Henrique**
28 **Tessutti Dividino**, Diretor do Porto de Antonina, representando o Superintendente da
29 APPA, Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva; o Sr. **José Antonio Peres Gediel**,
30 representante do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências; a Sra. **Ana Carolina**
31 **Silvestri**, representando o Sr. Riad Said Zahovi, Prefeito Municipal de Guaraqueçaba; o
32 Sr. **Lúcio Correa Moura**, representando o Prefeito Municipal de Guaratuba, Sr. Miguel
33 Jamur; o Sr. **Maurício Piazzetta** representando o Prefeito Municipal de Matinhos, Sr.
34 Francisco Carlim dos Santos; O Sr. **João Carlos Alves Rodrigues**, representando o
35 Prefeito Municipal de Paranaguá, Sr. José Baka Filho; o Sr. **Volnei da Costa**
36 representando o Prefeito Municipal de Pontal do Paraná; o Sr. **Luiz Fernando de Carli**
37 **Lautert** representando a Universidade Federal do Paraná; o Sr. **Agostinho Celso Z. de**
38 **Aguiar**, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo; Sr.
39 **Eloir Martins**, representante das Associações comerciais do Litoral; Sra. **Ana Carolina**
40 **Baggio Fabrício**, representando a Sra. Camila Brito Tanous Boulos, das Entidades
41 Ambientais e Sr. **Sebastião Garcia de Carvalho**, representante do Sindicato Estadual
42 dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e afins do Estado do
43 Paraná. O Presidente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues cumprimenta os presentes e
44 solicita que os mesmos se apresentem. Na seqüência agradece a presença de todos e
45 passa a palavra ao Secretário Executivo, Sr. **Luiz Fernando Gomes Braga** que
46 apresenta a nova composição do Conselho do Litoral, conforme estabelece o Decreto nº
828, de 16 de maio de 2007. Informa que os representantes do Estado e dos municípios
são considerados membros natos e os membros efetivos são os de indicação das demais
instituições. Coloca que o Decreto estabelece uma situação diferente da organização
anterior do Conselho, já que não contempla a existência da suplência, mas de
representantes para os membros natos. O que deverá ser regulamentado no Regimento
Interno, a ser alterado. Na seqüência passa a palavra ao Presidente que consulta o
plenário sobre a necessidade de se fazer a leitura da Ata da 50ª Reunião Ordinária,
previamente encaminhada aos Conselheiros. Solicita que os Conselheiros favoráveis à
aprovação que permaneçam como estão e como não houve manifestação, a mesma foi

13
14
15
16
18
19
20
21
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92

22
23
24

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

APROVADA POR UNANIMIDADE. A Seguir o Secretário Executivo, por solicitação do Sr. Presidente, passa a expor o funcionamento e composição das Comissões Permanentes e Câmaras de Assessoramento Técnico ao Conselho do Litoral. Explica que as Comissões Permanentes são instituídas por membros natos e efetivos, as quais de acordo com o regimento vigente são compostas por cinco membros e cuja competência é analisar e opinar em processos postos à sua apreciação. São processos que por sua natureza, importância e complexidade denotam maior estudo sobre a matéria. Na seqüência o Secretário Executivo informa que a Secretaria Executiva trouxe uma proposta de composição das Comissões Permanentes tendo em vista a nova configuração/composição do Conselho. Essa proposta apresenta cinco Comissões Permanentes, com cinco membros, e com a representação em cada uma delas de pelo menos uma prefeitura e de pelo menos um representante das entidades da sociedade civil e com números variáveis de representação do Estado do Paraná. Apresenta também uma proposta de calendário de reuniões, na qual consta que já no próximo dia cinco de outubro as Comissões Permanentes um, a quatro e a cinco, por já haver processos que demandam reunião da comissão, processos que estão aguardando para serem avaliados. Continua explicando que além das Comissões Permanentes atuam no âmbito do COLIT as Câmaras de Assessoramento Técnico ao Conselho. Estas podem ser compostas por membros natos e efetivos, além de outros convidados de instituições ou autoridades que possam trazer contribuições para os temas de sua alçada. Informa que atualmente o COLIT conta com duas Câmaras de Assessoramento Técnico - CAT formuladas; uma já instalada que é a do Patrimônio Mineral que já realizou três reuniões desde sua constituição e a Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro instituída por orientação e determinação da Lei Estadual que dispõe sobre a zona costeira no Estado do Paraná e não só por isso, pela necessidade de se promover uma retomada articulada das tarefas relativas a esse Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Sua constituição está prestes a ser concretizada mediante a publicação de Resolução. Informa que já foram encaminhados os convites às instituições que a comporão e que a previsão é que os trabalhos comecem a partir de outubro. Há ainda um grupo técnico de trabalho que está sendo instituído por Resolução conjunta das Secretarias de Estado e Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral cujo objetivo é produzir termo de referência e promover a coordenação dos trabalhos da revisão da legislação estadual de parcelamento, uso e ocupação do solo no Litoral paranaense. O secretário Executivo finaliza dizendo que o Conselho do Litoral conta ainda com uma Secretaria Executiva que além das atribuições tradicionais de tal função, recebe, no caso do Litoral por conta da existência da legislação estadual, uma série de atribuições – entre elas, a de analisar projetos que digam respeito a parcelamento, uso e ocupação do solo; emitir anuências prévias a projetos de edificações acima de três pavimentos ou em áreas de maior sensibilidade no Litoral e outras atividades correlatas. Essa atividade da Secretaria Executiva faz com que ela conte com um corpo técnico e administrativo que possa dar cabo dessas tarefas. Como surgiram dúvidas a respeito das comissões Permanentes o Secretário Executivo volta a esclarecer o assunto e faz a leitura das competências expressas no regimento interno, lembrando que este regimento será alterado em função da alteração da composição do Conselho. O Conselheiro Luiz Forte Netto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano propõe que se considere as

25

26 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

27

28

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

30

31

32

33

93 Comissões Permanentes ora apresentadas pela Secretaria Executiva como provisórias e
94 que ainda na presente reunião se estabeleça grupo de trabalho para estudar e propor o
95 novo regimento interno. Sugere ainda que as Comissões Permanentes provisórias
96 funcionem até a aprovação do novo regimento, cuja proposta seria trazida para discussão
97 no Conselho Pleno na próxima reunião a realizar-se dia 22 de outubro já com definições
98 claras das Comissões Permanentes e das Câmaras Técnicas. O representante da
99 Prefeitura Municipal de Matinhos, Sr. Maurício Piazzetta diz que há um ano foi entregue o
100 Plano Diretor do município para ser analisado; que o mesmo foi encaminhado à SEDU -
101 Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para fazer a relatoria e que foi feita a relatoria, só
102 que não houve a possibilidade de apresentar. Manifesta sua preocupação já que ano que
103 vem é o último ano praticamente de Governo, e que mudará o Prefeito e ainda não terão
104 um Plano Diretor aprovado, embora toda a sociedade civil esteja cobrando investimentos
105 em função do plano que foi feito e que hoje ainda se discute a quem será encaminhado. O
106 Conselheiro Luiz Forte Netto diz que, pelo que entende, os relatórios dos Planos Diretores
107 não irão para as Comissões Permanentes, os relatórios dos Planos Diretores serão
108 discutidos em plenário e que as Comissões Permanentes cabe resolver os problemas de
109 média e pequena complexidade, como o que será discutido em seguida relativo à
110 Universidade do Litoral. Tanto o Plano Diretor de Matinhos como o de Guaratuba têm que
111 sofrer adaptações muito profundas, porque foi virtualmente modificado na Câmara de
112 Vereadores, introduzindo legislações que são contrárias às legislações estaduais e
113 federais com relação ao meio ambiente, por exemplo. Então, enquanto esses Planos
114 Diretores não forem modificados, e o de Guaratuba já está modificado, está sendo
115 entregue já modificado ao Conselho do Litoral, não virão a plenário para serem discutidos.
116 O Presidente, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues coloca em votação a aprovação das
117 cinco Comissões Permanentes que tratarão das dessas pendências atuais e a instituição
118 de grupo de trabalho para a proposição de alteração regimental. O encaminhamento foi
119 APROVADO POR UNANIMIDADE. Na seqüência pergunta quem dos Conselheiros
120 gostaria de participar desse grupo de trabalho para a revisão do Regimento Interno. O
121 Conselheiro José Antonio Peres Gediel, Presidente do ITCG sugere a representante da
122 Procuradoria Geral do Estado, Dra. Heloísa Bot Borges, que concorda com a indicação e
123 também coloca-se à disposição. O representante da Secretaria de Estado do
124 Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Heitor Ângelo Scremin França, sugere o Sr. Ary
125 Talamini Júnior como representante da Secretaria. O Sr. Lúcio Moura, representante do
126 Município de Guaratuba, se dispõe a representar os municípios do Litoral e o Conselheiro
127 Sr. Agostinho Celso Z. de Aguiar, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e
128 Urbanismo. O Presidente sugere que a relatoria do processo fique a cargo do COLIT e
129 lembra que o desafio é encaminhar a minuta antecipadamente aos conselheiros para ser
130 discutido na reunião do dia vinte e dois de outubro. A Sra. Heloísa, representante da PGE
131 sugere que os Conselheiros enviem sugestões via e-mail da Secretaria Executiva do
132 COLIT. O Presidente ressalta que esta é uma oportunidade de dar-se nova dinâmica ao
133 Conselho, com clareza do processo e como não houve mais manifestações ficou
134 APROVADA a composição do grupo de trabalho para a proposição de alteração do
135 regimento que terá o acompanhamento do Dr. Theo Botelho Mares de Souza, da SEMA,
136 que já está trabalhando na alteração do Regimento Interno do Conselho Estadual de Meio
137 Ambiente, portanto, já tem alguma base de discussão. Passa então ao próximo item da
138 pauta - Entrega ao Conselho para apreciação pelos prefeitos dos documentos oficiais dos

34

35

36

37
38
39
40
42
43
44
45

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

139 Planos Diretores Municipais. O Sr. Luiz Fernando Gomes Braga informa que a Secretaria
140 Executiva já recebeu alguns documentos. Que o município de Pontal do Paraná já
141 encaminhou o documento com alguma antecedência; e que como está em curso a revisão
142 do Plano Diretor de Guaratuba, está aguardando o encaminhamento por parte do
143 município da proposição revista. Solicita que os representantes dos municípios se
144 manifestem. O Sr. João Carlos Alves Rodrigues, representante do município de
145 Paranaguá, diz que é com muita satisfação que traz a documentação oficial deste Plano
146 Diretor aprovado após seis audiências públicas e com a participação da Secretaria
147 Executiva do Colit. Diz que houve sugestões e que foram aprovadas pela Câmara
148 Municipal de Paranaguá e sancionadas pelo Prefeito e que entrega oficialmente o Plano
149 Diretor de Paranaguá para conduzir os anseios dos munícipes, em atendimento a um
150 plano de desenvolvimento social e econômico da cidade de Paranaguá. Agradece a
151 participação da Secretaria Executiva do Colit nas audiências, ressaltando que foi de
152 grande valia para a estruturação do Plano. O Sr. Lúcio Moura, representante do município
153 de Guaratuba, informa que após algumas semanas de trabalho técnico, com técnicos do
154 Colit, da Sedu, da Sema, da Prefeitura Municipal de Guaratuba e de alguns convidados,
155 em algumas reuniões, de outros órgãos do Governo que auxiliaram bastante neste
156 trabalho, chegou-se a uma conclusão de alterações do Plano Diretor de Guaratuba, o qual
157 está em fase de confecção de sua redação final para que seja protocolado, até o final de
158 semana, na Secretaria Executiva do Colit. Infelizmente hoje não deu tempo para que este
159 trabalho estivesse em condições de ser protocolado. O representante da Secretaria da
160 Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Sr. Jorge Guerra, informa que a SEIM tem
161 como função tentar viabilizar projetos para melhorias do IDH, da qualidade de vida para
162 as regiões. Diz que trabalham sempre pautados em decretos governamentais, e o que
163 está estabelecido deve ser cumprido. Esclarece que os municípios do Litoral são
164 contemplados, hoje, com os maiores benefícios possíveis e que no que depender da
165 Secretaria de Indústria e Comércio na evolução dos assuntos tratados neste elenco de
166 reuniões, podem contar com a ajuda necessária no que for viável, desde que
167 contemplado nos Decretos estabelecidos pelo Governo do Paraná. O Sr. Maurício
168 Piazzetta, representante do Município de Matinhos pergunta que relativamente ao Plano
169 de Matinhos se existe mais algum documento que tenha de ser entregue ou se devem
170 aguardar a relatoria para fazer as modificações. O Secretário Executivo diz que basta
171 aguardar a relatoria e explica que a Secretaria Executiva solicitou a todos os prefeitos que
172 enviassem as documentações oficiais. Diz que oficiosamente já foram acessados para os
173 trabalhos técnicos, mas de qualquer forma a Secretaria Executiva gostaria de recebê-los,
174 formalmente, como documentos promulgados pela prefeitura e aprovados na Câmara. O
175 Conselheiro Sr. Luiz Forte Netto observa que seria muito conveniente que antes de
176 encaminhar à Câmara de Vereadores, os Planos Diretores fossem encaminhados ao
177 Colit, para que se fizesse uma análise prévia no sentido de uma verificação da obediência
178 à legislação ambiental principalmente: seja ela Federal ou Estadual. Na maioria dos casos
179 – Guaratuba, Matinhos e de Pontal, a legislação ambiental não está sendo rigorosamente
180 obedecida e se não for obedecida fica inviável a aprovação do Plano. A Câmara de
181 Vereadores não pode modificar uma legislação de nível Federal ou Estadual. Então é bom
182 que façam essa verificação: se a legislação ambiental está sendo obedecida. Porque se
183 não for não há como se fazer a análise, é necessário devolver e solicitar a adaptação à
184 legislação ambiental Federal e Estadual. O representante da Prefeitura Municipal de

46
47
48

49

50 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

51

52

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

54

55

56

57

185 Matinhos, Sr. Maurício Piazzetta informa que o Prefeito tentou, em todas as instâncias,
186 mas a Câmara, politicamente, barrou, vetou por conta, até em desrespeito aos
187 profissionais técnicos modificaram um projeto e criou o impasse. O município de
188 Matinhos, hoje, em relação ao Plano Diretor está parado. Não está recebendo
189 investimentos, por causa dessa discussão política. Houve empenho do Prefeito, mas não
190 houve empenho da Câmara. O Conselheiro Luiz Forte Netto reforça que existe um
191 Decreto Estadual que diz claramente que o município que não tiver Plano Diretor fica
192 impedido de se candidatar a financiamento, impedido de se candidatar a recurso de fundo
193 perdido. Assim, ter um Plano Diretor em condições técnicas de aprovação, de acordo com
194 a legislação, depois de ter passado por audiências públicas e aprovado nelas e ser
195 modificado, aleatoriamente, pela Câmara de Vereadores é um desastre para o município
196 porque deixa de receber recursos. O Conselheiro Agostinho Celso Z. de Aguiar, do CREA
197 diz se existem vereadores ou algum dos membros da Câmara adulterando projetos ou
198 modificando, isso caracteriza exercício ilegal da profissão. E que isso é passível de um
199 processo encaminhado pelo CREA. O Presidente passa a palavra ao Secretário
200 Executivo para que se pronuncie acerca do encaminhamento dos Planos Diretores
201 repassados pelos municípios. O Secretário Executivo esclarece que os Planos de Pontal
202 do Paraná já recebido e do de Paranaguá, entregue agora deverão ser remetidos para
203 relatoria e esclarece a situação do Plano Diretor de Morretes que ainda está
204 desenvolvendo ainda o seu plano. O município teve uma dificuldade adicional por conta
205 da substituição da consultoria contratada pela Sedu/ParanáCidade, este trabalho já foi
206 retomado e está em curso, vai apresentar à frente certamente este documento. O
207 conselheiro Sr. Luiz Forte Netto diz que esses planos sejam encaminhados para
208 Conselheiros que representam órgãos técnicos do Governo, preferencialmente. Continua
209 dizendo que como a SEDU já está com os Planos de Guaratuba e Matinhos, sugere a
210 SEPL fique com um deles e a SEEC com o outro. O Sr. Presidente, Lindsley da Silva
211 Rasca Rodrigues questiona se há sugestão de encaminhamento diferente e não havendo
212 manifestação considera tal encaminhamento APROVADO. Na seqüência o Presidente
213 pede licença para se retirar por ter sido convocado pelo Governador e diz que na reunião
214 de 22 de outubro seria interessante que se fizessem presentes os mesmos
215 representantes para uma melhor continuidade dos trabalhos. Segue passando a
216 Presidência ao Secretário Luiz Forte Netto. O Conselheiro Luiz Forte Netto agradece a
217 indicação e passa para a discussão do Calendário de Reuniões, próximo item da pauta. Diz
218 como o Conselho está com muitos assuntos em pauta, o ideal seria que até o final deste
219 ano se faça pelo menos uma reunião mensal, obrigatoriamente. Diz que o Calendário
220 proposto pela Secretaria Executiva prevê as próximas reuniões para os dias 22 de
221 outubro, 19 de novembro e 14 de dezembro. Como não houve manifestação em contrário
222 ficou APROVADO POR UNANIMIDADE o calendário proposto. Quanto as Câmaras
223 Técnicas diz que a CAT Mineração está agendada para o dia 19 de outubro e que se
224 houver a necessidade de alguma outra Câmara Técnica se reunir, o Secretário Executivo
225 pode, ad referendum do Conselho, designar convidar a Comissão e marcar a data da sua
226 reunião. Sugere com relação à representação do Conselho por parte das Secretarias,
227 que cada um hoje dos representantes das Secretarias levassem ao seu Secretário a
228 sugestão de que a nomeação do representante seja por pelo menos seis meses, para que
229 não haja descontinuidade, o que seria sempre negativo. Passa a palavra ao Secretário
230 Executivo para os informes. O Secretário Executivo fala sobre as reuniões das Comissões

58

59

60

61
62
63
64
66
67
68
69

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

231 Permanentes 01, 04 e 05 e dos processos a serem tratados e submete ao Conselho o
232 processo do conjunto de edificações que constituem a Universidade do Litoral - em
233 Matinhos. Os Conselheiros receberam os documentos que descrevem, através de
234 informação técnica. Passa a leitura da informação e ressalta que alguns dos parâmetros
235 previsto na legislação não são alcançados. O Presidente, em exercício, Sr. Luiz Forte
236 Netto diz que o assunto está em discussão. O Conselheiro Luiz Fernando de Carli Lautert
237 representante da Universidade Federal do Paraná, diz que por ser Geógrafo não tem
238 como avaliar os detalhes técnicos, no entanto diz que todos sabem como a Universidade
239 se instalou no Litoral há cerca de dois, três anos, e que as estratégias e diretrizes estão
240 em função do desenvolvimento regional, com base local. Diz que já atuam em parceria
241 com diversas secretarias municipais, principalmente a Secretaria de Educação no sentido
242 de trabalhar junto às escolas municipais. Assim, considera interessante e reforça a
243 questão da relevância do interesse social, por ser uma obra essencial para a
244 Universidade e que a não conclusão das obras pode levar até ao cancelamento do
245 vestibular do próximo ano. Informa que no último vestibular tiveram 70% dos aprovados
246 de alunos na região, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e que a Universidade no
247 litoral foi um avanço muito grande e que não se pode desacelerar este processo.
248 Considera que as irregularidades podem ser corrigidas, até com a participação do
249 Conselho, representantes do Conselho, o Crea. O Conselheiro Agostinho Celso Z. de
250 Aguiar (Crea) diz-se favorável a Universidade por ser um fator de crescimento da região,
251 e pergunta se a aprovação de mais um pavimento não criaria uma abertura fazendo com
252 que aqueles empreendedores da região viessem considerar isso como um fato
253 consumado e pedissem mais um pavimento nos seus empreendimentos. O Presidente em
254 exercício pergunta ao Secretário Executivo se a altura já existe ou será executada. O
255 Arquiteto Luis Antônio Portes, da Secretaria Executiva do Conselho do Litoral esclarece
256 que a obra, na verdade, não acrescenta mais um pavimento. Os blocos de sala de aula
257 são de quatro pavimentos, o que aumenta é o pé-direito de cada pavimento. O Presidente
258 agradece a informação e coloca em votação a aprovação solicitando aos favoráveis que
259 permaneçam como estão. Como não houve manifestações o processo foi APROVADO
260 PO UNANIMIDADE. O secretário Executivo passa então aos informes dizendo que a
261 Secretaria Executiva recebeu demanda do Grupo Clóvis Moura que trata da questão do
262 esquema-molas que trouxe uma representação ampliada para que outras comunidades
263 do litoral, pedindo que o Conselho faça um aprofundamento da discussão sobre a questão
264 das limitações que algumas comunidades sofrem, por exemplo, com relação à ligação de
265 energia elétrica. Existem alguns regulamentos inclusive das áreas das APPA's e da
266 própria Copel nesse sentido. Diz entender que na verdade há uma demanda que começa
267 a se somar com outras no sentido de aprofundar as discussões sobre as políticas sociais
268 em curso no Litoral paranaense. Informa que comentário nesse sentido foi feito durante
269 reunião preparatória para a Operação Verão, coordenada pela Secretaria de Segurança
270 Pública, em que a Secretaria Executiva propôs, e foi acatado pelo seu Coordenador o
271 Secretário de Segurança Pública, que paralelo às atividades da Operação Verão que
272 atendem, essencialmente, a população que acessa o Litoral de veranistas, turistas e
273 também contempla a comunidade permanente, que o Conselho estivesse instalando uma
274 agenda e uma pauta de temas de políticas sociais permanentes com relação ao Litoral. A
275 partir disso houve orientação do Secretário para que a Secretaria Executiva fizesse
276 interlocução com o Coordenador dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado

70
71
72

73
74
75
76
77
78
79
80
81

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

277 do Paraná que já têm encaminhamento nesse sentido. Diz que foram feitos contatos
278 importantes, até tendo em vista as ações preparatórias da Conferência Regional de Meio
279 Ambiente que se realizou em Antonina para a região do Litoral paranaense, no dia 20 de
280 outubro, e que as interlocuções com a Secretaria Estadual da Educação trouxeram uma
281 perspectiva interessante de fortalecer o protagonismo infanto-juvenil nos processos de
282 discussão – não só da Conferência, mas das outras temáticas ligadas ao Litoral e de
283 modo geral ao resto do Estado. Também a Secretaria da Criança e do Adolescente, que
284 inclusive nos honraram com suas presenças nesta reunião. Essa discussão também está
285 posta tanto para as Conferências quanto com a participação de que este Conselho abra
286 um espaço dentro das Comissões Temáticas ou das Câmaras Técnicas. Finaliza
287 informando da demanda da ASSOPRO, que é a Associação dos Proprietários e
288 Incorporadores de Áreas de Loteamentos no Litoral do Paraná, no sentido da revisão do
289 Plano de Pontal, que se seja de forma ampla e participativa envolvendo o Executivo, o
290 Legislativo e o Estado discussão e recolocando a discussão para um debate público
291 também. O Presidente Sr. Luiz Forte Neto diz que com relação ao projeto Clóvis Moura
292 relativo às comunidades Quilombolas, elas estão sendo realizadas na SEDU e que
293 verificará o assunto que foi solicitado por eles. Informa que a pedido do Secretário de
294 Educação há cerca de sessenta dias a SEDU assumiu a organização de todas as
295 comunidades Quilombolas. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra
296 agradecendo a presença de todos. E, para constar eu, Luiz Fernando Gomes Braga,
297 Secretário Executivo do Conselho, com base na transcrição resultante dos trabalhos de
298 taquigrafia de inteiro teor da presente reunião e à disposição dos Senhores Conselheiros
299 na Secretaria Executiva, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Senhor
300 Presidente.

301
302
303
304
305
306

Lindsley da Silva Rasca Rodrigues
Presidente

Luiz Fernando Gomes Braga
Secretário Executivo

82
83
84